



**CONFIGURAÇÕES E USOS DAS
MOEDAS SOCIAIS NO BANCO
COMUNITÁRIO DENDÊSOL
(FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL)**

**Configurations and uses of Social Currencies
in Community Bank DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brazil)**

**Configuraciones y usos de las Monedas
Sociales en el Banco Comunitario DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brasil)**

Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA)*

*Bacharel em Ciências Sociais pela UENF, Mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ e doutorando em Sociologia pelo mesmo IESP-UERJ. Vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP-UERJ.
E-mail: danielsoaresrodrigues@gmail.com.

RESUMO

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2011 pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social dendê como foco de sua ação. O nome da moeda faz alusão a uma planta nativa existente no lugar quando da sua ocupação, nos anos 1980. O referido empreendimento está localizado na comunidade

do Dendê, na periferia leste da cidade de Fortaleza, em meio aos nobres bairros Edson Queiroz e Água Fria. As fronteiras entre espaços sociais tão distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda, etc., faz emergir uma série de contrastes geradores de conflitos e relações sociais vinculantes, no dizer de Gaiger (2011). Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das grandes

obras construídas no seu entorno, impelem a população a buscar resistir a essas situações com estratégias de mobilização diversas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária, a Rádio Comunitária e o próprio Banco Comunitário. Essa iniciativa agrega diferentes parceiros e integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criada a partir de um modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas. Nesse sentido, apresentam-se as seguintes questões: Quais as características e distinções dessas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

Palavras-chave: Bancos Comunitários. Moedas sociais. Mulheres.

ABSTRACT

The DendêSol community bank was created by DendêSol association of women in 2011. This bank defined the social currency dendê as the focus of your action. The currency name alludes to an existing native plant when its occupation in the 1980s. This development is located in the Dendê community, which lies among affluent neighborhoods like Edson Queiroz and Água Fria, on the eastern outskirts of Fortaleza city. The boundaries among different social spaces in relation to urban infrastructure, income, etc. bring out a series of conflicts and interconnected social relations. High levels of violence linked to drug trafficking and strong property speculation due to neighbors affluent neighborhoods led to Dendê community to adopt strategies of resistance based on solidarity and work community, such as the Fair Solidarity Economy, Community Radio and Community Bank. This initiative brings together different partners and it's a member of the Brazilian Network of Community Banks, which was created from a model disseminated by the Banco Palmas. In this regard, the following questions will be presented:

What are the characteristics and distinctions of these experiences in the perspective of finance solidarity and in relation to microcredit? How the inclusion of women occur? What are the potentials, limitations and challenges?

Keywords: Community Banks. Social Currency. Women.

RESUMEN

El Banco Comunitario DendêSol fue creado en 2011 por la Asociación de Mujeres DendêSol, definiendo la moneda social dendê como foco de su acción. El nombre de la moneda alude a una planta nativa existente en el lugar, en el momento de su ocupación, en los años 1980. Este emprendimiento se encuentra en la comunidad Dendê, ubicada en la periferia de la ciudad de Fortaleza, entre los barrios ricos Edson Queiroz y Agua Fría. Los límites entre los espacios sociales diversos no que se refiere a la infraestructura urbana, ingresos, etc. han traído muchos contrastes generadores de conflictos y relaciones sociales vinculantes, según Gaiger (2011). Por un lado, los altos índices de violencia, ligados sobre todo a el tráfico de drogas, además de una fuerte especulación inmobiliaria, resultado de las grandes obras construidas en sus alrededores, impulsan a la gente a buscar resistir a estas situaciones por intermedio de diferentes estrategias de movilización bajo el signo de la solidaridad y del trabajo asociado, como la Feria de Economía Solidaria, la Radio Comunitaria y el propio Banco Comunitario. Esta iniciativa reúne diferentes actores sociales y parte integrante de la Red Brasileña de Bancos Comunitarios, creados a partir de un modelo difundido por el Banco y Instituto Palmas. En este sentido, se presentan las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las características y distinciones de estos experimentos organizadas desde la perspectiva de las finanzas solidarias en relación con el microcrédito? Como ocurre la inclusión de las mujeres? ¿Cuáles son sus capacidades, limitaciones y desafíos?

Palabras clave: Bancos Comunitarios. Moneda Social. Mujeres.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos gerais do tema pesquisado

Este texto é fruto das reflexões expostas em minha tese de doutorado, cujo tema foi o processo de institucionalização dos bancos comunitários no Brasil, com ênfase na experiência cearense, que adquiriu visibilidade nacional e internacional devido à projeção da imagem do Banco Palmas, criado em 1998, na cidade de Fortaleza, Região Nordeste do Brasil.

Fundamentados no referido modelo organizacional foram criados mais de cem bancos comunitários pelo país, mediante fomento público advindo do Governo Federal brasileiro desde 2003, tendo envolvido diferentes setores da sociedade, entre eles destacam-se: i) os bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal) e outras instituições do sistema financeiro (a exemplo do Banco Central do Brasil); ii) as universidades, principalmente por meio das incubadoras tecnológicas de empreendimentos populares; iii) organizações não governamentais (ONGs); iv) os parlamentos nas diferentes esferas, entre outros. O trabalho de campo ocorreu em três bancos comunitários localizados em territórios de baixo IDH ⁽¹⁾, geridos por entidades vinculadas a associações comunitárias, sindicatos e grupos de mulheres, jovens e agricultores familiares, a saber: o Banco DendêSol (Fortaleza, capital do estado do Ceará), o Banco Paju (Maracanaú) e o Banco Quinamuiú (Tauá). Porém, devido ao formato do artigo, o foco será o Banco DendêSol. Devido à complexidade do fenômeno, este foi analisado sob diversas perspectivas, envolvendo diferentes áreas de conhecimento, principalmente, a Economia (OLIVEIRA, 2004), a Sociologia (PAULINO, 2010;

PAIVA, 2015), a Administração (RIGO, 2014), o Direito (FREIRE, 2011), entre outras.

Nesse sentido, para situar o leitor quanto ao método de exposição aqui empregado, o texto dispõe de três partes, sendo a primeira dedicada a uma introdução geral ao tema, contextualizando no tempo e no espaço o surgimento das seguintes categorias: finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais no Brasil. Em seguida, tratarei especificamente do Banco DendêSol, destacando suas características, estratégias de atuação e usos do microcrédito “solidário”, voltado à inserção das mulheres. Por fim, apresentarei as suas potencialidades, limites e desafios.

1.2. A emergência dos termos finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais

De início, é importante demarcar que o processo de formulação e legitimação das finanças solidárias toma como base as experiências organizadas por diferentes grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, com o intuito de criar possibilidades de acesso a crédito nos meios rurais e urbanos, tendo como princípios norteadores a solidariedade, a confiança, a autogestão e o desenvolvimento sustentável de base local e territorial.

Nessa direção, foi fundamental o papel de diversos atores sociais, entre os quais destaco as pessoas que atuam diretamente no banco comunitário, os parceiros/apoiadores da ideia e os intelectuais (a maioria deles, intelectuais orgânicos, no dizer gramsciano), por sua dedicação ao processo de legitimação das finanças solidárias a partir da conceitualização e análise do percurso histórico das experiências. Fruto dessa reflexão histórica e teórica sobre a práxis das diferentes formas de manifestação da economia solidária fora publicado o Dicionário da Outra Economia ⁽²⁾, e, dentre os verbetes contidos

nessa publicação, notadamente em sua 2ª edição (2009) encontram-se os termos finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais.

Na edição de 2003, o primeiro verbete foi desenvolvido por Dias Coelho (2003), professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), que ressaltou os aspectos da democratização do sistema financeiro. Para o autor:

Finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas das populações e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de ligação e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável. (DIAS COELHO, 2003, p. 153).

Partindo de uma noção ampla de finanças, contrária àquela corriqueiramente apresentada nos dicionários do mercado financeiro, o autor compõe uma história das finanças solidárias, atribuindo à noção de microfinança a ruptura com a visão restrita de finança, tal como difundida ao longo do tempo pela história econômica. A esse respeito, designa a microfinança como uma alternativa para a população sem acesso ao sistema bancário e financeiro tradicional.

Diretamente ligada ao conceito de microfinança aparece à noção de microcrédito como a principal ferramenta de implementação das iniciativas. Nesse caso, referindo-se ao papel do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como difusores das práticas de inclusão financeira, o microcrédito é definido da seguinte forma: “[...] um pequeno crédito concedido em larga escala

por entidade financeira a pessoas físicas ou jurídicas cuja principal fonte de renda seja as vendas provenientes da realização de atividades empresariais de produção de bens e serviços” (DIAS COELHO, 2003, p. 03).

Na visão do autor, com a qual eu concordo, a principal limitação ao conceito de microfinanças seria a redução da ideia a um sistema de “pequenos créditos”, centrados em produtos financeiros compatíveis com a renda da população excluída do sistema convencional, parcela também considerada “pequena”, embora dados do próprio Banco Mundial (2011) indiquem que metade da população mundial adulta não dispõe de nenhum serviço financeiro (conta em banco, poupança, cheque ou cartão de crédito) – ou seja, há um contingente considerável de pessoas enquadradas na situação de exclusão financeira e bancária.

No Brasil, as iniciativas na área microfinanceira são ainda recentes, com expansão em meados dos anos 1990, tendo como referências exitosas os programas e ações públicas voltadas ao microcrédito para geração de trabalho e renda, a exemplo do Crediamigo, implementado pelo BNB. Ainda dentro dessa tipologia, podem ser citadas as experiências desenvolvidas principalmente por ONGs, a exemplo da Visão Mundial, Cáritas Brasileira e tantas outras iniciativas desenvolvidas por associações de moradores, como a própria Associação de Mulheres DendêSol.

Retomando a discussão conceitual, a 2ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, publicada em 2009, traz outro verbete ao tratar das finanças solidárias, tendo sido este elaborado pela economista Ruth Muñoz (2009), do Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento, na Argentina. Tal como na edição anterior, a autora reconstruiu a trajetória das diferentes modalidades de finanças solidárias no mundo, iniciando pelo movimento cooperativista (século XIX), passando pelo surgimento das microfinanças (a partir de

1950), até chegar ao momento atual. Contudo, ela agregou outras duas formas de expressão: as finanças éticas e os instrumentos monetários e financeiros surgidos no contexto mais recente (moedas sociais, sistemas de trocas, etc.), em razão da crise enfrentada nos anos 1990 pelos países latino-americanos.

Em relação aos instrumentos monetários, a autora destacou a hibridação de lógicas, notadamente na captação de recursos relacionados a organizações do Estado, do mercado e da sociedade, contando com doações de sócios, entre outros. Nesse quesito, há uma referência positiva ao Brasil, citando o Banco Palmas, ao lado da Red de Útiles Financieros Alternativos y Solidarios, da Espanha, e a Fiducie Du Chantier de l'Économie Social, do Canadá, como modalidades inovadoras. No campo das políticas públicas, houve destaque para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), destacando os incentivos às experiências em andamento no país.

Passados pouco mais de dez anos da elaboração da primeira sistematização do conceito de finanças solidárias é possível observar que essas ações não somente cresceram quantitativamente como também se complexificaram, passando a atuar de modo mais articulado, em redes, buscando fortalecer aquilo que fora definido na I Conferência Temática de Finanças Solidárias (2010), como “campo” ou “segmento” das finanças solidárias.

Uma vez expostos os passos trilhados no percurso da democratização do acesso ao sistema financeiro e também de busca por um sistema financeiro alternativo, cumpre, portanto, desvendar as lógicas que vão configurar as finanças solidárias, com enfoque no contexto atual, marcado pela mundialização financeira, nos termos definidos por Chesnais (1996). Para tanto, emergem algumas questões: O que faz com que essas experiências se diferenciem das práticas microfinanceiras centradas no microcrédito ou do sistema de crédito cooperativista já instituído? Por que precisaram de uma nomeação

específica diferente daquelas já difundidas internacionalmente? Como foi criado o termo “banco comunitário” em meio às demais experiências existentes no campo/segmento?

Para seguir no aprofundamento das questões, recorrerei uma vez mais à 2.^a edição do Dicionário da Outra Economia (2009), obra que incluiu o termo banco comunitário de desenvolvimento, tendo sido este elaborado pelos professores Genauto de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Jeová Torres Silva Júnior, da Universidade Federal do Cariri (UFCA). De acordo com os autores:

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Sob esse enfoque, haveria uma distinção das práticas de microcrédito convencionais, baseadas principalmente no compromisso com o desenvolvimento local/territorial, conforme citação a seguir:

Diferente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, seja um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços

e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. Isso porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Entretanto, o termo Banco Comunitário de Desenvolvimento parece ainda não ter sido plenamente incorporado pelos sujeitos integrantes das práticas, pois, ao observar as publicações existentes sobre o tema, bem como as falas dos interlocutores, o termo mais usual é simplesmente o “banco comunitário”, sendo a sigla BCD mais utilizada no meio acadêmico. Atualmente, o conceito difundido pelos meios de comunicação e divulgação das principais instituições ligadas às experiências, marcadamente o Instituto Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, segue a definição abaixo:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo [...] (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007).

Conforme se observa, a noção de rede é central à concepção do modelo de banco comunitário criado pelo Banco Palmas, tendo sido fruto das reflexões dos participantes

do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em 2007 – quase uma década após a criação do Banco Palmas. Assim, esses bancos oferecem modalidades de serviços financeiros, tanto em moeda social, como em moeda vigente, ocorrendo uma interação entre o sistema financeiro convencional e o sistema dito alternativo, por meio de instrumentos diversos, como a moeda social, o repasse dos programas sociais do Governo e os serviços de correspondência bancária. Por isso, conforme afirmou a equipe de coordenação do Instituto Palmas, entrevistada durante a pesquisa de campo, a moeda circulante local (Palmas) pode dialogar direta e indiretamente com os serviços prestados pelos correspondentes bancários, sem que isso se constitua numa “quebra de princípios”, por assim dizer. Para ilustrar o fluxo econômico criado, segue imagem do circuito socioeconômico fomentado pelo Banco Palmas:

Figura 1 – Funcionamento do Banco Palmas



Fonte: Página do Instituto Palmas na internet ⁽³⁾.

Diante do processo de expansão

desencadeado pelo estímulo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com sede em Fortaleza, constituindo-se juridicamente como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é: “contribuir para a superação da pobreza urbana e rural desenvolvendo produtos e serviços solidários, sob o controle das comunidades, que assegure o desenvolvimento sustentável dos territórios de baixa renda ⁽⁴⁾” (INSTITUTO PALMAS, 2012). Sua definição institucional disposta na internet é a seguinte:

É uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas ⁽⁵⁾. (INSTITUTO PALMAS, 2012).

Embora o termo utilizado seja o “microcrédito”, durante entrevista realizada com a Coordenadora de Projetos do Instituto Palmas, Sandra Magalhães ⁽⁶⁾, foi destacada uma distinção do segmento das finanças solidárias em relação à modalidade de microcrédito convencional, pois, via de regra, as políticas de microcrédito são desenvolvidas pelos bancos comerciais, com taxas de juros de mercado, mediante exigência de garantias reais etc., fatores que acabam limitando o acesso ao crédito produtivo para pequenos negócios. Já no caso das finanças solidárias ocorreria uma maior flexibilidade de acesso, o

que oportuniza crédito a uma população que não se enquadraria nos critérios do microcrédito convencional.

A interlocutora demarca a distinção das iniciativas de microcrédito “tradicional”, como sendo funcionais ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e integrantes do processo denominado de “bancarização” – ou seja, a inclusão das camadas mais pobres da população no sistema bancário. No caso do trabalho desenvolvido pelo banco e Instituto Palmas, ela argumenta que a ação dos bancos comunitários iria além do uso dos serviços bancários, principalmente pelas ações de educação financeira desenvolvidas e pelo modo como o crédito é concedido e acompanhado.

O Instituto Palmas é responsável pela gestão dos bancos comunitários criados à imagem e semelhança do Banco Palmas, no Brasil. Tal fato criou uma espécie de “Sistema Palmas”, conforme destacou Joaquim Melo, numa entrevista concedida na fase exploratória da pesquisa de campo (2012). Contudo, o processo de expansão originou uma trama de relações baseadas na hibridização entre a lógica de mercado (“racionalidade utilitária”) e a lógica não-mercantil (da dádiva). Tais questões vão ter um rebatimento nas relações estabelecidas com outras entidades integrantes do movimento de economia solidária, que vão culminar com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Ao Instituto Palmas caberia, portanto, o gerenciamento da carteira de crédito que dá suporte financeiro ao funcionamento do “Sistema Palmas”, constituída a partir de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Existem também as parcerias com a Caixa Econômica Federal para viabilizar os demais serviços financeiros ofertados pelos Bancos Comunitários (como as linhas de crédito voltadas à habitação, por exemplo) e a atuação dos Bancos como Correspondentes Bancários. O Instituto desempenha, portanto, o papel de mediador do crédito entre os bancos públicos e os bancos comunitários, o que é feito por meio da

assinatura de um documento chamado “Convênio de Cooperação Socioeconômica e Financeira”, envolvendo o Instituto Palmas e as entidades gestoras dos bancos (Associações, Sindicatos, ONGs etc.), pois, a rigor, estas organizações não possuem marco regulatório⁽⁷⁾.

Em síntese, pode-se afirmar que os bancos comunitários articulados pelo Instituto Palmas atuam em três eixos de atuação: o acesso ao crédito (via empréstimos para produção e consumo, com taxas que variam de acordo com o tipo e os valores); a emissão de moedas sociais (empréstimos também voltados para produção e consumo, mas sem juros) e os serviços do correspondente bancário, atualmente prestados mediante convênio com a Caixa Econômica Federal (recebimentos de contas de água, luz, telefone, abertura de contas, pagamento dos benefícios sociais diversos, entre os quais o Programa Bolsa Família tem maior destaque).

Conforme se observa, o diálogo com as políticas públicas foi fundamental para o fortalecimento da organização dos bancos comunitários na sua configuração atual. Nesses termos, um importante documento que serve como parâmetro ao desenho das políticas de apoio e fomento ao setor é o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Texto esse que exhibe um conjunto de regras balizadoras do funcionamento dos empreendimentos e que expõe suas características e sintetiza o seu modo de atuação, demarcando princípios e valores que vão construir fronteiras porosas entre a inclusão financeira e bancária e a própria noção de finanças solidárias. Os princípios são:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo,

promovendo o desenvolvimento endógeno do território;

4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);

5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;

6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,

7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007).

Ainda de acordo com o documento, a estrutura de gestão dos bancos comunitários incorpora componentes associativistas e mecanismos de controle social, decorrentes do próprio caráter comunitário de uma instituição cujo principal produto ofertado é crédito:

Os Bancos Comunitários são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta (RBBC, 2007).

O mesmo documento explicita a quem se destinam os serviços prestados:

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de

vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc. (RBBC, 2007).

Nesse quesito, a maioria dos bancos pesquisados mostra um perfil de público constituído, sobremaneira, por mulheres, principalmente nos locais onde os serviços de correspondência bancária incluem o pagamento dos benefícios de Programas Sociais do Governo Federal (especialmente, o Programa Bolsa Família), como é caso do Banco Paju e Banco Palmas.

Outro atributo que compõe a singularidade da concepção teórico-metodológica dos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários é a moeda social, tanto pelas suas características, como pelo modo de implantação e circulação. É possível, inclusive, afirmar que, a moeda social na modalidade “circulante local” se constitui num traço que distingue um banco comunitário de outras iniciativas do campo/segmento das finanças solidárias no país. A seguir, o conceito contido no Dicionário Internacional da Outra Economia (2009):

Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com o verbete (2009), as características e funções das moedas sociais são

semelhantes às dos meios de troca em geral:

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca”, a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, no espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com informações dos coordenadores do Instituto Palmas, a moeda social palmas foi criada com o intuito de transformar o bairro num grande Clube de Trocas: “[...] os produtores, os comerciantes, os prestadores de serviço, cada qual no seu local de trabalho integravam um grande clube de trocas, aceitando fazer negócios em seus estabelecimentos com a moeda social” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005, p. 14).

Assim, as moedas sociais adotadas pelos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários apresentam as seguintes características: a) possuem lastro em reais; ou seja, para cada moeda social circulando há um real correspondente no Banco Comunitário (bem ao contrário daquilo que se vê no sistema financeiro convencional, baseado na alavancagem e no capital fictício); b) o sistema de trocas com moeda social se relaciona diretamente com o sistema de créditos do banco comunitário, permitindo que os tomadores de crédito possam optar pela moeda social ou a moeda vigente (o real); e c) é possível converter moedas sociais em reais (fazer o câmbio), a fim de facilitar a adesão e circulação da moeda social (tanto pela via do interesse como da confiança).

Sobre o último item citado, trata-se de mais uma adaptação metodológica feita pelo Instituto Palmas: a convertibilidade da moeda social em determinadas situações, acordadas previamente com os tomadores de crédito. Por exemplo, aos comerciantes que aceitam as moedas sociais nos seus estabelecimentos fica resguardado o direito de fazer o que denominam de “câmbio” (a conversão das moedas sociais por reais (R\$), a fim de estimular a adesão e um público mais amplo à moeda).

Ao observar a imagem de uma moeda social é possível visualizar uma série de elementos que merecem ser analisados. Um dos traços característicos das moedas integrantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que ratifica a concepção difundida pelo Banco e Instituto Palmas é o selo holográfico representado pela palmeira, impresso no canto superior esquerdo, juntamente com uma imagem do lugar onde o banco está instalado (no caso da cédula de 10 Dendês, uma capela da Igreja Católica) e a logomarca da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (em amarelo, no canto inferior esquerdo), que faz alusão a uma construção com vários tijolos. No verso, há um texto que expressa a finalidade da moeda social e orienta o seu uso como um bônus. Cada unidade monetária Dendê (D\$) vale um Real (R\$). Geralmente, o conjunto de moedas sociais é composto por cinco tipos de cédulas, variando de 0,50 a 10,00, dispondo das cédulas de 0,50; 1,00; 2,00; 5,00; e 10,00.

Figura 2 - Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Conforme Primavera ⁽⁹⁾ (2006), consultora

que atuou na implantação do projeto que criou a moeda social Palmas no Conjunto Palmeiras, as moedas passam a ter a denominação de “sociais” quando são produzidas e administradas pelos próprios usuários, distribuindo riqueza ao invés de concentrá-la – como ocorre com a moeda convencional, graças ao mecanismo de juro bancário. Para a autora, que atua junto a diversos projetos de difusão e implantação dos Clubes de Trocas com moedas sociais mundo afora, a finalidade primeira da moeda social é ser instrumento de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro, reorientando a utilização da moeda para o seu princípio criador, a saber: instrumento de intercâmbio, socialização e desenvolvimento local.

Uma vez lançadas as bases para o entendimento do fenômeno dos bancos comunitários no Brasil, tratarei a seguir da experiência do Banco DendêSol.

2. TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO BANCO DENDÊSOL

2.1. Contexto de criação

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2011, pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social *dendê* ⁽¹⁰⁾ como foco de sua ação.

Conforme esclareceram as interlocutoras durante a pesquisa de campo, o nome da moeda social faz alusão a uma planta nativa existente no lugar, quando da sua ocupação pelos primeiros moradores que lá chegaram, nos anos 1980 – embora atualmente, os dendezais quase não existam devido ao processo de ocupação desordenada do espaço urbano.

A comunidade ⁽¹¹⁾ está situada na periferia leste da cidade de Fortaleza, numa área que faz limite com a Universidade de Fortaleza (Avenida Washington Soares) e as margens do Rio Cocó.

De acordo com Pordeus et al ⁽¹²⁾ (2012), a maioria das famílias que hoje mora no local foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luiz, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do Meireles.

A localização da comunidade do Dendê, em meio a dois grandes e nobres bairros, Edson Queiroz e Água Fria faz emergir fronteiras de segregação entre espaços sociais bastante distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda, etc., faz emergir uma série de contrastes. Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das obras construídas no seu entorno (o Fórum Clóvis Beviláqua, a Universidade de Fortaleza, entre outros) impelem a população a criar estratégias de resistência a essas situações com mobilizações em diversas frentes, assentadas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária (que acontece semanalmente, aos sábados), a Rádio Comunitária e o próprio Banco DendêSol. A essas ações, geradoras de um tipo especial de relação social, Gaiger (2011) denominou de relações sociais vinculantes.

Conforme mencionado anteriormente, a iniciativa foi criada de acordo com o modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas e faz parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Nesse sentido, retomo as seguintes questões: Quais as características e distinções dessas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito convencional? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

2.2. A criação do Banco e suas primeiras movimentações

O Banco Comunitário DendêSol funciona num pequeno espaço cedido pela Associação de Mulheres DendêSol, situado à Av. Presidente Arthur Bernardes, 371, na comunidade do Dendê,

em Fortaleza – atualmente, em sede própria.

A nova sede, embora com espaço reduzido, continua abrigando as várias atividades desenvolvidas pela Associação, a saber: espaço para as reuniões, a cozinha experimental e a exposição dos produtos do Grupo (artesanato, bijuterias e confecção). O lugar dispõe de apenas uma divisória, entre a “sala” (onde se dá o atendimento do Banco, da Associação e exposição do material produzido pelo grupo – vide fotografias a seguir) e a cozinha (local onde elas produzem alimentação para eventos, principalmente, doces e salgados, uma das principais atividades econômicas das mulheres participantes da Associação). É importante salientar que embora mantendo o foco de atuação com as mulheres, no mandato recente, a atual diretoria definiu a ampliação do público participante, tendo incorporado a discussão de gênero e pessoas do sexo masculino na diretoria. A seguir, algumas imagens da fachada externa e do ambiente interno:

Figuras 3 e 4- Sede atual do Banco DendêSol



Fonte: Arquivos da autora

O Banco DendêSol iniciou suas atividades no dia 10 de janeiro de 2011, com recursos oriundos de uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Eudes Xavier ⁽¹³⁾, no valor de cem mil reais. O referido projeto previu uma série de ações, dentre elas, a formação/capacitação da equipe para operacionalizar o empreendimento, a impressão das moedas sociais (dendês), a

aquisição de equipamentos e mobiliário, como cadeiras, mesas, notebook, etc. No que concerne à infraestrutura e mobiliário, outro importante apoiador do Banco foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante projeto desenvolvido pelo Instituto Palmas.

Por ocasião da pesquisa de campo, as interlocutoras narraram os desafios que estavam enfrentando, no aprendizado de se tornarem “banqueiras” e também que haviam definido uma estratégia diferente de atuação: iniciar as atividades com o uso da moeda social e não com a prestação dos serviços de correspondência bancária. Ao observar a firmeza da postura da então presidente da Associação, indaguei o porquê, e ela foi enfática: “porque o principal de um banco comunitário não é ter a sua moeda social? Se a gente começar logo com empréstimo em dinheiro e recebendo conta [contas de água, luz, telefone e boletos bancários] o povo não vai entender o que realmente queremos com o banco”. E acrescentou: “foi difícil, mas eu finquei o pé e acabamos definindo assim” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, 2012) Na sequência, ela colocou outras razões de ordem mais objetiva, sendo uma delas o risco que consiste em operar com dinheiro na comunidade, pela insegurança do local onde o banco está sediado, principalmente em razão do tráfico de drogas, cada vez mais crescente na periferia das grandes cidades brasileiras.

Cilene Silva, ou Dona Cilene, como é conhecida, atuou como presidente da Associação de Mulheres DendêSol por dois mandatos, até o ano de 2013. Ela é uma das lideranças reconhecidas pelo movimento de economia solidária no âmbito da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e atualmente continua compondo a diretoria da Associação. Trata-se de uma entidade originada a partir da organização socioproductiva das mulheres na comunidade do Dendê, localizada nas proximidades do Fórum Clóvis Beviláqua e da Universidade de Fortaleza (Unifor), uma das maiores instituições privadas de ensino superior da capital cearense. O Dendê

está situado numa zona de alto valor imobiliário, para onde a cidade mais tem se expandido nos últimos anos. Contudo, é uma localidade marcada pelo contraste entre uma área extremamente pobre, rodeada de toda uma infraestrutura urbana voltada para as camadas abonadas da sociedade, fazendo emergir fronteiras de distintas naturezas que separam dois mundos, tão grande é a desigualdade social que salta aos olhos.

Conforme narraram as coordenadoras do banco, no início das atividades, apenas quatro pessoas atuavam na organização, sendo uma responsável pela coordenação dos trabalhos e outros três agentes de crédito, todos moradores da comunidade. O papel desses profissionais foi de prospectar clientes, realizando visitas de casa em casa, para levantar as demandas por crédito, sensibilizá-los para a utilização da moeda social Dendê e acompanhar a devolução dos empréstimos contraídos.

A carteira de crédito, no valor de 30 mil reais, foi colocada à disposição dos clientes mediante processo de concessão de empréstimos operacionalizado da seguinte forma: a) após preenchimento de uma ficha cadastral e a solicitação de empréstimo, encaminhava-se o pedido ao Comitê de Análise de Crédito (CAC), composto por uma pessoa do Banco DendêSol, uma da Associação de Mulheres Dendê Sol e outra do Instituto Palmas. Este Comitê, após avaliação do perfil do tomador de crédito, considerando critérios objetivos e morais, concedia ou não os empréstimos, tal como declara a coordenadora do Banco: “A gente vai levantar informações sobre quem é aquela pessoa perante a comunidade: se é “bom pagador”, se mora há pelo menos dois anos na comunidade, se a moradia é própria, se trabalha e etc. Aí quando a gente libera o crédito a pessoa recebe o carnê com as prestações”.

Em relação ao público atendido pelo Banco, a coordenação esclarece que, embora a prioridade sejam as mulheres, o atendimento aos homens também ocorre, contudo, a busca maior, principalmente pelos empréstimos de menor

valor, é feita pelas mulheres, especialmente, aquelas que desenvolvem atividades de artesanato, confecção e alimentação integradas à Feira Solidária promovida semanalmente pela Associação de Mulheres Dendê Sol a cerca de 15 anos. Essa entidade é responsável pela gestão do Banco.

A situação descrita acima coaduna com as características de um grande número de iniciativas de economia solidária geridas por mulheres, pois elas enfrentam dificuldades de acesso ao crédito bastante específicas devido a várias questões, dentre elas, a baixa escolaridade, dificuldade de acesso à renda, além de barreiras culturais ainda bem arraigadas.

Como o Banco Dendê optou por não operar com o correspondente bancário, todas as informações geradas são processadas pelo Instituto Palmas (cadastro dos clientes, valores de empréstimos, inadimplências e etc.), fato que tem gerado algumas situações conflituosas entre as partes. Em vários trechos da fala da coordenadora do Banco é possível perceber a aflição de quem se vê cotidianamente confrontada com os dilemas da gestão de um empreendimento sem fins lucrativos, mas cujo “produto” ofertado deve gerar receitas mínimas para custeio da infraestrutura física e de pessoal. Instaura-se, portanto, um debate sobre a natureza dos serviços prestados pelo Banco Comunitário e a sua relação com as instituições parceiras, incluindo o próprio Sistema Financeiro. Na percepção da coordenadora do Banco DendêSol, o problema seria, além da falta de capacitação técnica para lidar com as operações bancárias rotineiras, os critérios para a concessão do crédito, conforme a seguir:

O problema é que a gente ainda não aprendeu a fazer certas coisas. [...]. Eu não sei mexer direito no sistema, mas quero aprender. [...] Eu lembro de uma vez que a gente foi lá no Palmas e a [coordenadora administrativa do Banco Palmas] nos deu uma lição: ela disse que banco tem que pensar com a cabeça e

não com o coração. Banco não é como casa de mãe. E a gente demorou muito pra entender isso porque a gente achava que trabalhar com economia solidária era trabalhar com o coração também. Mas ela disse: o Palmas é um Banco! (DEPOIMENTO DA COORDENADORA DO BANCO DENDÊ SOL).

O discurso da interlocutora ratifica os tensionamentos causados pela intersecção das distintas lógicas de atuação que perpassam as iniciativas que articulam ao mesmo tempo a dimensão “solidária” (não-utilitária), traduzida no depoimento analisado como “trabalhar com o coração”; com a lógica econômica ou financeira (essencialmente utilitária), situação que pode ser analisada à luz de diversas perspectivas, dentre elas, o paradigma da dádiva, desenvolvido por Mauss (2003), atualizado contemporaneamente pelos pesquisadores integrantes do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS).

Na situação concreta apresentada residem algumas dificuldades de contemporizar a racionalidade utilitária do campo econômico com os elementos subjetivos que vão, em última instância, nortear a decisão de conceder ou não um crédito, com base nos riscos de retorno deste. Assim, a lógica da reciprocidade ou o circuito da dádiva (MAUSS, 2003), baseado na tríplice obrigação de dar – receber – retribuir, seja reconhecidamente um fato social total (cuja ideia é que a dádiva produz alianças políticas, religiosas, econômicas e jurídicas), também incorpora vários paradoxos.

Esses são alguns dos principais indícios que motivam a compreensão desse fenômeno, que, devido à natureza dos serviços prestados e pela forma como os recursos são captados articulam diferentes lógicas na sua ação, o que França Filho (2007) denomina de hibridação.

Outro aspecto mencionado pela interlocutora é a circulação da moeda social, definida como estratégia prioritária de atuação do Banco Dendê. Conforme narra, alguns

comerciantes mais diretamente ligados ao Banco ou com alguma proximidade com a economia solidária aceitam a moeda dendê. No depoimento a seguir a coordenadora do Banco realça as razões que levam os comerciantes a aceitar as moedas:

O próprio comerciante vê que aquilo ali é dinheiro e também pela credibilidade do banco. Eles sabem que na hora que é preciso trocar a moeda por dinheiro é só vir aqui que a gente troca, e sem enrolação. Então, é essa confiança que eles têm no banco, porque cada moeda que a gente solta tem uma aqui com a gente. (DEPOIMENTO DA COORDENADORA DO BANCO DENDÊ SOL).

Nesse quesito, ela esclarece que há um número limitado de pessoas que o Banco consegue atender com crédito em moeda vigente (o Real) e que o empreendimento está em busca de mais recursos para atender a essas pessoas que estão na lista de espera dos empréstimos convencionais. “A maioria vai pagando um empréstimo e já vai tirando outro. Aí não fica dinheiro em caixa pra emprestar pra mais gente porque o recurso é pouco”, explicou a coordenadora do Banco.

Com relação aos meios de sensibilização para o uso das moedas sociais, apresentarei a seguir alguns pontos de uma das entrevistas realizadas com uma usuária do banco, a qual expressa de modo emblemático os desafios ao processo de circulação da moeda social. Ela atua num pequeno comércio de bombons e lanches, na sua própria residência, localizada num dos “becos⁽¹⁴⁾” da comunidade.

2.3. A percepção de uma cliente do Banco DendêSol

O acesso à casa da cliente foi um tanto difícil, pois não há um endereço formal. Depois de caminhar em meio a pequenas ruelas bem

estreitas, sem nenhuma infraestrutura urbana de saneamento básico ou arruamento é que consegui chegar à residência da interlocutora, literalmente, num “beco sem saída”. Para dar uma dimensão mais objetiva, a largura do espaço entre a casa visitada e a da frente era de cerca de dois metros.

Imagem 5 - Cliente do Banco Dendê Sol no espaço onde vende seus produtos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Logo que cheguei, fui bem acolhida e convidada a sentar no sofá. A casa abriga o pequeno comércio (vide fotografia Nº 05), bem próximo à porta da frente, onde estão dispostos os produtos comercializados em expositores improvisados: bombons, pirulitos, doces, “xilitos⁽¹⁵⁾”, pipocas, entre outros.

A interlocutora afirmou ser usuária do banco desde quando começou suas atividades e todos os empréstimos contraídos até então foram em moeda social, tendo sido a fonte inicial de

recursos para a criação do seu pequeno negócio. E, mais que isso, cumpre realçar a relação de confiança estabelecida, conforme ressalta:

Eu trabalho com o banco [DendêSol] desde quando abriu e sempre gostei muito do banco, porque essa oportunidade de pegar dinheiro emprestado eu não tinha em canto nenhum. E sempre que eu preciso eu vou lá aí o banco me ajuda. [...] já tá com cinco ou seis vezes que eu pego.

Devido ao pequeno porte do empreendimento os empréstimos são também reduzidos e apenas em moeda social. Contudo, o valor chegou a dobrar, sendo o mesmo destinado a uma dupla finalidade: o apoio no sustento familiar e também ao capital de giro, segundo seu relato:

No começo eu pegava só 50 dendês aí depois eu passei a pegar 100 [dendês]. De primeiro faltava muito as coisa aqui em casa, mas depois do banco nunca mais faltou, graças a Deus. [...] Eu não compro o dinheiro todo de xilito e bombom não. Eu divido: faço 50 de compra [itens de alimentação para a família] e os outros 50 eu compro as coisas de vender aqui.

A entrevistada é beneficiária do programa Bolsa Família e uma parte do dinheiro do benefício ela direciona para o seu pequeno negócio, a fim de gerar renda e buscar contribuir com a renda familiar, conforme declarou: “[...] é muito ruim a gente depender do marido. Meu marido trabalha, mas eu não gosto de esperar só por ele. [...] Eu sempre gostei de depender de mim mesma. E agora todo dia eu tenho o dinheiro pro pão dos meus filhos”.

Ainda no âmbito das relações familiares, ela realça que sua mãe também é usuária dos serviços do banco comunitário. Contudo, é a

única consumidora que utiliza a moeda social: “Só minha mãe é que paga com Dendê. Ela faz desinfetante e ela manda pra mim e eu mando troco em dendê pra ela”.

O intercâmbio entre as duas usuárias do banco dá origem a uma espécie de “troca solidária” com a mediação da moeda social, o que só é possível pelo fortalecimento (ou criação) de laços de proximidade e confiança entre as pessoas. No caso, a relação é sedimentada pelo parentesco, ainda não tendo atingido um maior contingente de pessoas, fato que também foi identificado nas demais entrevistas realizadas, que apontam a necessidade do que fora denominado como “conscientização para o uso da moeda social”.

No tocante às relações com o comércio local, ela esclarece que a aquisição dos produtos que comercializa é feita no próprio bairro, o que atinge um dos principais objetivos esperados de um banco comunitário quando implanta uma moeda social: a circulação de riqueza no local: “Eu compro na bomboniére daqui [da comunidade]: os xilitos, chiclete, bombom, pirulito e compro coisa pra fazer dindin também [frutas, achocolatado, etc]”.

No que se refere à economia doméstica, a interlocutora mais uma vez destaca a melhoria na aquisição de alimentos da cesta básica e na qualidade de vida da família, pois a feira da semana também é feita num mercadinho do bairro: “Pra mim é bom usar o dendê porque recebe no JC [mercadinho], onde eu faço compra e na Bomboniére daqui também”.

Chama a atenção a pequena escala dessa economia associada a uma racionalidade diretamente relacionada à sobrevivência. No entanto, o padrão de consumo parece não fugir à regra da maioria das famílias integradas aos programas de transferência de renda do Governo Federal, ainda desprovido de uma maior reflexão sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis. Observe-se, por exemplo, o tipo de produto comercializado: guloseimas e alimentos de baixo valor nutricional, em sua maioria,

industrializados e associados à obesidade infantil.

Eis aqui um dos desafios para os empreendimentos de economia solidária em geral, especialmente, aqueles apoiados pelos bancos comunitários: impulsionar quantitativa e qualitativamente a adesão à moeda social nos territórios onde estão inseridos, incorporando temas correlatos à economia solidária, a exemplo do consumo consciente e sustentável.

A entrevistada mostrou confiança, gratidão e reconhecimento ao trabalho das “meninas do Banco ⁽¹⁶⁾”, revelando, ainda, o interesse em saber mais sobre a economia solidária e também a colaborar com a divulgação das iniciativas. A afeição ao banco foi tanta que ela plastificou uma cédula da moeda social Dendê e fez questão de posar para a foto com a moeda, declarando o sentido que essa assumiu para ela, que até então não havia conseguido acessar crédito em nenhuma instituição bancária tradicional: “Eu gostei tanto desse Banco e dessa moeda que na primeira vez que eu peguei eu plastifiquei uma nota e ando com ela na minha carteira. Eu sou apaixonada por essa moeda. Eu amo de paixão!”.

Imagem 6 – Imagem de uma Cliente do Banco DendêSol com a Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ao final da entrevista, ao mesmo tempo

em que avalia positivamente as ações do Banco DendêSol, a interlocutora manifesta uma demanda:

Eu gostei muito, muito, muito... e queria que esse Banco crescesse cada vez mais e que tivesse não só o Dendê pra mim – porque eu queria pegar em cédula mesmo, em Real, normal, porque eu queria comprar também outras coisas pra revender (como calcinha, sutiã). Aí pra isso eu tenho que comprar no Centro [da cidade] e lá não aceita dendê. Então, eu queria pegar empréstimo normal também.

Sobre o assunto levantado, a coordenadora do banco esclareceu que a entrevistada foi cadastrada para receber a moeda Dendê e também pagar o empréstimo em moeda social. Portanto, pelas regras de funcionamento do banco, não lhe seria permitido fazer o câmbio (trocar a moeda social pela moeda oficial, o Real) nem tomar crédito em moeda convencional, fato que é permitido apenas aos comerciantes que recebem a moeda social nos estabelecimentos da comunidade (supermercados, lanchonetes, padaria etc.) e àquelas pessoas que oferecem menor risco nas operações de crédito, pois os recursos emprestados devem retornar para manter-se em circulação e garantir a sustentabilidade do banco comunitário.

Para manter o bom funcionamento das ações do banco as parcerias são fundamentais, sendo a relação com o Instituto Palmas a principal delas, pois, partilham a mesma carteira de crédito, além da integração à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em razão disso, acessam recursos oriundos de projetos de apoio e fomento mediados pelo Instituto Palmas junto a diversas instituições, dentre eles a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Contudo, há conflitos e demandas que ainda não foram dissipadas, principalmente no tocante ao aprofundamento do processo de formação para

a gestão operacional do banco. Em relação aos governos nas esferas municipal e estadual, o Banco DendêSol afirma não manter relacionamento de nenhuma natureza, embora já tenham havido muitas tentativas, o que denota um recuo no papel do poder público nessas esferas, o que implica em limitações à capacidade de atuação do banco comunitário, pois as experiências exitosas no segmento geralmente firmam parcerias com o poder público, especialmente, municipal.

Ainda que brevemente pontuados, os relatos aqui dispostos são fundamentais para compreender como são firmadas as relações sociais vinculantes (GAIGER, 2011), permeadas por laços de afetividade, confiança e também por conflitos advindos das dificuldades sentidas no processo de gestão das rotinas diárias de um banco comunitário. A dimensão conflituosa emerge de uma lógica de funcionamento dita “solidária”, que conjuga distintas racionalidades (mercantil e não-mercantil, interesse e desinteresse; objetividade e subjetividade, público e privado) atuando dentro de um sistema financeiro mais amplo, onde ainda impera hegemonicamente a lógica privada de acumulação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os aspectos levantados no decorrer do texto, considerando o levantamento bibliográfico sobre o tema, os depoimentos das pessoas diretamente envolvidas com a gestão do banco DendêSol e as observações de campo, expressam os desafios das experiências em finanças solidárias. Tais desafios são comuns às várias iniciativas organizadas sob o signo da economia solidária (SINGER, 2002), principalmente aquelas cuja gestão é feita pelas mulheres, pois, geralmente, elas buscam integrar as lógicas de reprodução da vida com a produção material gerada pelo trabalho, acarretando conflitos de diferentes matizes.

No Brasil, as práticas de finanças solidárias,

notadamente, os fundos rotativos solidários, os bancos comunitários e as cooperativas de crédito solidário possuem maior reconhecimento e visibilidade institucional e buscam interlocução com os poderes públicos com vistas à incorporação de suas pautas nas políticas de desenvolvimento do país, com vistas a ampliar a democratização do acesso ao crédito. Nacionalmente, há um comitê temático no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que tem buscado criar sinergias entre essas modalidades, tendo como perspectiva uma atuação mais articulada visando fortalecer o segmento.

Para apreender a dinâmica desse processo, a pesquisa empírica realizada junto ao banco DendêSol mapeou algumas percepções emblemáticas atribuídas ao crédito pelos sujeitos sociais envolvidos nas experiências, mediante pesquisa de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevistas, participação em reuniões e eventos promovidos pela Associação DendêSol. Portanto, a discussão de fundo (o processo de democratização do acesso ao crédito pela via dos bancos comunitários) incorpora distintas perspectivas na sua ação, pois se relaciona mutuamente com processos globais de financeirização da economia e de regulação estatal (exercida principalmente pelo Banco Central do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela operacionalização dos serviços de correspondência bancária); e, localmente, observa-se uma dimensão inovadora e inclusiva de populações até então destituídas de direitos básicos, a exemplo do ingresso no sistema financeiro nacional, fato que acena para os ideais das alternativas microfinanceiras preconizados pelas finanças solidárias, ainda em escala bastante reduzida, nos interstícios do sistema hegemônico.

4. REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G.F e SILVA JR, JT. *Bancos*

Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

_____, **Genauto Carvalho**. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários. Iparana/Caucaia/Ce, 2005.

DIAS COELHO, F. **Finanças Solidárias**. In: CATTANI, A. D (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, RS: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.

FREIRE, Marusa V. **Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes no Brasil**, 2011. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível na internet pelo: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf

GAIGER, L. I. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. *Katálysis*, (11): 11-19, 2008. Disponível na internet pelo <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4755>, acesso em 01 de novembro de 2011.

II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Relatório final**, disponível na página (atual) do Instituto Palmas: Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Termo de referência dos Bancos Comunitários**. Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

MAUSS, Marcel. **O Ensaio sobre a Dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MUÑOZ, Ruth. **Finanças Solidárias**. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

PAIVA, Victoria R. A. P. **Dilemas e Perspectivas da institucionalização das finanças solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PRIMAVERA, Heloisa. **Finanças solidárias e moedas sociais: Alternativas para uma outra economia**. Instituto Humanitas. São Leopoldo/RS, 2006.

RIGO, Ariadne S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

(1)A sigla se refere ao índice de desenvolvimento humano, utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um indicador de desenvolvimento que analisa a qualidade de vida de uma determinada população, considerando escolaridade, renda e saúde.

(2) O verbete finanças solidárias consta da 1.ª e da 2.ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, organizado por David Cattani (2003), tendo sido elaborado por Dias Coelho e, posteriormente, em Cattani et al. (2009), por Ruth Muñoz.

(3)(www.bancopalmas.org.br). Acesso em 15 de outubro de 2013.

(4) <http://www.inovacaoparainclusao.com>

(5) Disponível na internet pelo <http://www.inovacaoparainclusao.com>, acesso em 05 de setembro de 2012.

(6) Sandra Magalhães era graduada em Serviço Social e

em Ciências Econômicas. Foi uma das militantes mais engajadas no movimento de economia solidária no Brasil e, particularmente, na articulação de projetos para o fortalecimento do banco e Instituto Palmas. Lamentavelmente, ela foi acometida por um grave problema de saúde e veio a falecer em 14 de junho de 2013, ano em que o Banco Palmas comemorou 15 anos de existência.

(7) O documento está disponível na internet pelo endereço do Instituto Palmas: http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/convnio_instituto_palmasxbancocomunitrio.pdf. Destaque-se que no aludido documento constam as responsabilidades das partes envolvidas, os serviços prestados pelo empreendimento, o modelo de gestão, entre outras informações, que serão detalhadas no capítulo sobre o funcionamento dos Bancos Comunitários.

(8) Observe-se aqui a influência dos intelectuais na concepção dos termos. Veja-se que o termo adotado é o mesmo verbete já mencionado anteriormente, contido no Dicionário Internacional da Outra Economia.

(9) Brasileira, doutora em Sociologia pela USP. Vive na Argentina desde os anos 1970, onde é professora da Universidade de Buenos Aires (UBA). Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.heloisaprimavera.com.ar/>>.

(10) O dendzeiro é uma palmeira nativa da África e trazida para o Brasil, da qual se extrai um óleo chamado de azeite de dendê, muito usado na culinária baiana e também na fabricação de sabão e velas.

(11) O termo comunidade é empregado como categoria êmica presente no discurso dos interlocutores e também em algumas fontes de pesquisa, como os programas sociais desenvolvidos por diversas entidades parceiras.

(12) Mais informações estão disponíveis no artigo publicado pela autora, intitulado: Comunidade do Dendê: um diagnóstico de suas famílias, publicado na Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 12, n. 1, p. 09-17, 2012.

(13) O ex-parlamentar petista é comerciante, e presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT/CE) nos anos 1990, tendo exercido mandato de Deputado Federal de 2006-2014. Foi um dos idealizadores do Instituto Florestan Fernandes, tendo construído a sua plataforma política na militância em prol da economia solidária, tendo uma forte atuação na comunidade do Dendê, onde reside até hoje.

(14) Termo nativo empregado pela coordenadora do banco e por algumas pessoas entrevistadas.

(15) Termo utilizado para definir salgadinhos feitos à base de milho, consumido por crianças das camadas populares, principalmente pelo baixo preço (custa R\$0,50 centavos de real). “No Ceará é o nome dado aos salgadinhos de milho, queijo ou de outros sabores”. <http://www.dicionarioinformal.com.br/xilito/> - acesso em 10 de outubro de 2012.

(16) Na época da entrevista, a coordenação do banco era composta exclusivamente por mulheres, bem como a diretoria da Associação, fato que veio a ser modificado no contexto recente (2014), quando foi aberta a participação aos homens.

(17) Segundo o Artigo 192 da Constituição Federal, o Sistema Financeiro Nacional deve promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe.

